

RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.919 - RS (2017/0018570-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : METALÚRGICA UNIVERSO LTDA
ADVOGADOS : MANOEL TARRIO GANDARA E OUTRO(S) - RS032951
RODRIGO MARQUES CESAR - RS067622

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, em 22/09/2016, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DE TERCEIROS. VERBAS INDENIZATÓRIAS. PROVA PERICIAL.

1. A produção da prova pericial é necessária para se verificar a real incidência das contribuições previdenciária e de terceiros sobre os valores apontados pela embargante.

2. A produção da prova pericial pode ser determinada de ofício para que a prestação jurisdicional seja efetiva e útil" (fl. 830e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 848/852e).

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 369, 370, parágrafo único, e 1.022, II, do CPC.

Sustenta-se, no que ora importa, o seguinte:

"No caso dos autos, alegou o embargante o pagamento parcial do débito exequendo; não-incidência da contribuição previdenciária patronal referente aos pagamentos efetuados aos contribuintes autônomos e gratificação natalina, bem como sobre o terço de férias e férias gozadas; exclusão de correção monetária; exclusão do encargo legal de 20% e redução de multa moratória.

A incidência dessas espécies tributárias é fato incontroverso na hipótese dos autos, não tendo sido colocada em questão pelos litigantes - os quais, aliás, não requereram, em momento algum, a produção de prova pericial.

Ademais, os autos foram instruídos com os processos administrativos que deram origem às exigências fiscais (processo 50101542920134047100 – Evento 81), elemento suficiente para se poderem aferir os fatos e para, posteriormente, ser realizada a eventual adequação da estrutura do débito com o conteúdo da decisão de mérito.

Assim, era e permanece sendo dispensável a designação de perícia para apurar-se o valor devido.

Registre-se que em casos similares o Poder Judiciário tem se orientado sistematicamente pela desnecessidade de perícia em embargos à execução fiscal, quando a discussão dos embargos limita-se ao questionamento da legitimidade da incidência da contribuição previdenciária e dos encargos fiscais.

O deferimento de uma determinada prova depende de avaliação do juiz de instrução do processo, que tem contato direto com as partes e a lide.

Compete a ele avaliar, dentro do quadro probatório existente, a necessidade dessa prova.

Havendo, no presente caso, elementos suficientes para seu convencimento, tornou-se desnecessária a prova pericial. Por isso a possibilidade de indeferimento das diligências inúteis e protelatórias, prevista na parte final do e atualmente no art. 370, par. único, do CPC/2015 (antigo art. 130 do CPC/1973) (STJ, Ag 56995-0 SP, rel. Min. Assis Toledo, j. 5.4.1995, DJU 10.4.1995, p.9322).

Não há que se falar, então, em determinação de produção de perícia pelo Eg. Tribunal 'a quo', visto que, como já foi dito, sendo o Juiz destinatário da prova, somente a ele cumpre aferir sobre a necessidade ou não de sua realização, além do que como previsto no art. 369 do NCPC ('As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz'), que corresponde ao teor do antigo art. 130 do CPC/73" (fls. 859/860e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, porquanto teria desprezado as circunstâncias da causa, no sentido da desnecessidade da realização da perícia judicial.

Requer-se, por fim, "seja dado provimento ao presente recurso de modo a restabelecer a total vigência do art. 1022, inc. II, do NCPC, anulando-se o julgado recorrido e determinando-se a baixa dos autos à e. Corte a quo, para correta apreciação dos declaratórios interpostos. Sucessivamente, no mérito, requer seja provido o Recurso Especial a fim de reformar o acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região e restabelecer a vigência da lei federal violada, nos termos da fundamentação" (fl. 862e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial admitido (fl. 874e).

O presente recurso não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido.

Dessarte, a necessidade da realização da prova pericial está objetivamente

fundamentada, no **decisum** impugnado, residindo a inconformidade da Fazenda Nacional não na suposta falta de análise bastante da questão, mas no próprio conteúdo dessa valoração judicial.

De outro lado, revela-se incabível, em sede de Recurso Especial, a análise acerca da efetiva necessidade da realização de prova pericial, porquanto tal investigação demandaria inarredável reexame do conjunto probatório dos autos, medida sabidamente vedada pela Súmula 7/STJ.

Nesse diapasão:

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. NULIDADE DA CDA. REQUISITOS. SÚMULA 7/STJ. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE COM DISPENSA DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. SÚMULA 7/STJ.

1. Nos termos da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, a aferição da certeza e liquidez da Certidão da Dívida Ativa - CDA, bem como da presença dos requisitos essenciais à sua validade, conduz necessariamente ao reexame do conjunto fático-probatório do autos, medida inexecutável na via da instância especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. **Quanto à alegação de cerceamento de defesa, o STJ possui entendimento consolidado de que compete às vias ordinárias aferir a necessidade ou não de realização de provas, pois é faculdade conferida ao livre convencimento do juiz, que, diante dos fatos da causa, decide a respeito. Para se alterar as conclusões das instâncias inferiores, impõe-se o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência inviável em face do óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes.**

Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 844.332/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/06/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PROPRIEDADE. PRODUÇÃO DE PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Cuida-se, na origem, de Embargos de Terceiro opostos por Cícero Pereira da Cruz contra o Ministério Público Federal e a União, em cumprimento de sentença, sob a alegação de nulidade da penhora de imóvel situado na Rua Costa e Silva, nº 36, Centro, Manari/PE.

2. O Juiz de 1º Grau julgou improcedentes os pedidos.

3. O Tribunal 'a quo' negou provimento à Apelação e assim consignou na decisão: 'Compulsando os autos, observa-se que o embargante não logrou provar a propriedade do aludido imóvel. Senão vejamos. (...) Primeiramente, não há nos autos contrato algum de locação. Ademais, os documentos de fls. 45/471 comprovam, junto ao Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Manari/PE, que o proprietário do imóvel é o Sr. José Vieira Pereira. Por fim, tem-se que a alegação do embargante de que o bem seria impenhorável, por ser bem de família, também não se sustenta diante dos seus próprios argumentos – já desconstituídos – de que o imóvel estaria alugado a outrem' (fls. 250-251).

4. **Quanto à alegada violação do artigo 330, inciso I, do CPC, ressalto que a 'avaliação tanto da suficiência dos elementos probatórios, que justificaram o julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC), quanto da necessidade de produção de outras provas demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável, portanto, em recurso especial (Súmula 7/STJ) (AgRg no REsp 1.449.368/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 19/8/2014, DJe 27/8/2014)' (AgRg no REsp 1.454.472/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 23/9/2015).**

5. **No mais, com relação à alegação de que houve cerceamento ao direito de defesa em face do indeferimento da produção das provas, esclareça-se que modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher a tese do recorrente, demandaria reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: REsp 1447157/SE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 20/11/2015, e REsp 1002366/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 24/4/2014.**

6. Por fim, constata-se que não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

7. **Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.526.665/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/05/2016).**

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento.**

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

